



Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia vinte e oito de novembro de dois mil e catorze

--- Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, na vila de oliveira de Frades, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 30/4/2014; -----

--- 2 - Aprovação da ata da sessão extraordinária realizada a 17/10/2014; -----

--- 3 - Análise, discussão e votação da proposta de aquisição de serviços para a certificação legal de contas, de acordo com a Informação de Serviço nº 286/2014, de 14 de outubro, nos termos do nº 1 do art.º 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e do nº1 do artigo 42º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

--- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de regulamento orgânico e de funcionamento da central de compras regional, da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço nº 322/2014, de 12 de novembro e nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -

--- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de regulamento do concurso de ideias de negócio, no âmbito do projeto da Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de serviço nº 307/2014, de 24 de outubro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- 6 - Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- 7 - Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades, para o exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- 8 - Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais de acordo com a Informação de Serviço nº 323/2014, de 12 de novembro, nos termos do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12º do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho; -----

--- 9 - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 1 de abril e 31 de outubro de 2014, ao abrigo autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal na sua sessão de 16 de dezembro de 2013 nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

--- Realizada a chamada às dezoito horas e trinta minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados:-----

--- Artur José Cardoso Fontes;-----

--- António José Brito Correia;-----

--- Maria Ester Vargas de Almeida e Silva;-----

--- Ana Cristina Conde Gonçalves;-----

--- Carlos Manuel Cortes Henriques da Cunha;-----

--- João Fernando Marques Rebelo Cotta;-----

--- João Jorge Dias Vale de Andrade

--- Verificando-se a existência de "quórum", o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, declarou aberta a Assembleia.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa começou por usar da palavra e cuja intervenção se transcreve: "Como é tradição e é costume nestas reuniões descentralizadas que temos vindo a realizar nos municípios da nossa Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, pelo que aproveito o ensejo para saudar, de uma forma muito especial, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, Dr. Luís Vasconcelos, saudar também o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, saudar igualmente o Dr. Nuno Martinho, Secretário Executivo, todas as pessoas que fazem o acompanhamento destas sessões e também a comunicação social.-----

--- A Mesa recebeu o pedido de renúncia do Senhor Deputado da Assembleia Intermunicipal, Fernando Figueiredo, da Assembleia Municipal de Viseu, bem como diversos pedidos de substituição, para esta Assembleia, por impedimentos diversos.-----

--- Dar-vos ainda nota de outra consideração, que é o atual regimento, que como sabem entrou em vigor a partir da última reunião da Assembleia Intermunicipal e ele faz apelo à participação dos chamados líderes dos grupos parlamentares.-----

--- Como um dos elementos que pediu renúncia era o líder do Grupo Parlamentar do CDS-PP eu iria solicitar, expressamente aos Deputados do CDS-PP, para fazerem chegar o nome do novo líder do seu Grupo Parlamentar, para que possamos, oportunamente, e seguramente antes da próxima reunião promover uma reunião de líderes.-----

--- Do PSD tive também informação que haveria alteração de líder parlamentar e foi pelo próprio José Correia, que me ligou, pelo que quando houver, também, novo líder parlamentar é favor fazerem chegar essa informação à Mesa.-----



--- Temos neste momento no início dos trabalhos diversas substituições para fazer e eu pedia ao Dr. José Carlos Almeida que pudesse fazer a leitura da ata avulsa." -----

--- Conferida a posse, retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "Concluído o formalismo da substituição vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Luís Fernandes Ferreira, cuja intervenção se transcreve: "Eu tenho, por tendência, intervir em Oliveira de Frades e quero recuperar um dos temas que eu foquei numa das minhas intervenções, na altura foi sobre a Parque Escolar em que eu alertava para o despesismo e assimetrias que iriam ser criadas no país inteiro, viemos a saber mais tarde que tem outros contornos que até a mim, enquanto pessimista sobre esta medida, me surpreendeu, embora não muito. -----

--- Mas como eu disse não era este o tema que eu quero recuperar, o que eu quero recuperar tem a ver com o encerramento de serviços, com a centralização ou descentralização de serviços. O que começamos a notar agora e a sentir por parte do Governo que procuram a descentralização ou desconcentração de serviços e essas medidas, algumas delas para nós, são muito importantes. -----

--- Eu vou aqui focar duas que são importantes e de elevado interesse para nós, porque as autarquias vão ser convocadas a participar na aplicação e na operacionalização destas medidas.

--- Uma delas, eu confesso, porque ainda tenho algumas dúvidas, tem a ver com a municipalização da educação e aqui, Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal, eu requeria a sua colaboração para saber se eventualmente foram convocados e se sim, se foram convocados no sentido de aplicar alguma medida; se de facto existe algum programa e qual a sua abrangência. -----

--- Se existe de facto alguma passagem ou transferência de competências para as autarquias, de que forma é que ela se vai manifestar e operacionalizar e saber se a CIM, enquanto parte interessada e representativa de todos os municípios, tem alguma posição conjunta ou concertada sobre esta eventual medida. -----

--- Uma outra questão tem a ver com o Programa Aproximar, para muitos conhecido como Porta-a-Porta. Todos nós sabemos, está publicado, que o Governo está a tentar colocar esta medida em funcionamento e aqui são parte interessada e decisiva na sua concretização, as autarquias como é evidente. -----

--- O que eu necessitava de saber, de uma forma um pouco mais pormenorizada, é no que consiste, em que estado é que neste momento se encontra, se já existe um trabalho ou -----

planeamento definido e qual a recetividade que as autarquias têm demonstrado em relação à medida que me parece de todo importante. -----

--- Nós sabemos, também, que esta medida terá como parceiros duas CIM's piloto, a nossa e a da Guarda. De qualquer modo é importante dizer que a opção, em qualquer uma delas, se demonstra um total desprendimento de cores partidárias e acho que é assim que qualquer país ou qualquer região deve ser gerida. -----

--- Pedia, de facto, que nos explicitasse um pouco a medida e me confirmasse uma outra ideia que me foi transmitida: -----

--- Foi-me dito, por isso peço que me confirme, que esta medida traria benefícios, que são claros, em termos sociais, pois basta ver que está prevista a loja do cidadão, que exista uma rede de transportes para ser colocada à disposição das pessoas que têm maiores dificuldades, nomeadamente, de mobilidade, e que com esta medida evitar-se o encerramento de repartições de finanças. -----

--- Todos nós sabemos ou temos conhecimento do que estava acordado no Memorando de Entendimento, todos nós sabemos que apesar de tudo tivemos um número muito aquém do que estava previsto pelo Memorando de Entendimento, pelo que seria, para nós, extraordinário a preservação do funcionamento das repartições de finanças". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis Marques, cuja intervenção se transcreve: "Discutimos na última Assembleia Intermunicipal o Plano Estratégico da CIM Viseu Dão Lafões para os próximos anos, como cheguei atrasado, não ouvi a apresentação do relatório por parte do coordenador do trabalho, ficando desde logo com algumas dúvidas que gostaria de ver respondidas. -----

--- Os relatórios estratégicos já estão finalizados ou fechados? -----

--- Qual foi a apreciação feita pelo Conselho Estratégico da CIM a estes documentos? -----

--- Emitiu algum documento ou informação relativa aos relatórios? -----

--- Os contributos que demos na Assembleia extraordinária de outubro, serão considerados? --

--- Em suma, pergunto se face às apreciações críticas e sugestões de melhoria emitidas pelos Deputados de todos os grupos parlamentares e de vários concelhos da CIM, teremos oportunidade de voltar a analisar esses documentos de forma a que nós possamos identificar com o seu conteúdo e com as suas propostas? -----

--- As questões relativas à governança do projeto, que foi muito bem colocada pelo Deputado António Amaro, dado não ser fácil gerir interesses, legítimos, de responsáveis autárquicos que querem reforçar os investimentos nos seus territórios, pensando nos seus eleitores e nas -----



populações que representam, por isso não me surpreenderam as divergências, públicas, entre autarcas da nossa região relativamente a alguns investimentos estratégicos para a região como a conclusão da A24, o IC12 ou a ligação ferroviária a Viseu. -----

--- Ainda não conseguimos convergir todos os atores políticos nestes interesses comuns para a nossa região e por isso o Senhor Presidente da CIM e o Senhor Secretário Executivo não têm uma missão muito fácil. -----

--- A terminar gostaria de refletir com a assembleia sobre os planos para a educação no nosso território. A educação está como objetivo estratégico para o nosso território e por isso gostaria de deixar um conjunto de questões para refletirmos: -----

--- Qual será a taxa de ocupação dos novos centros escolares que fomos construindo em cada um dos nossos concelhos? -----

--- Do mapa inicial de escolas do 1.º Ciclo em Viseu Dão Lafões a encerrar, das tais trezentas e onze a nível nacional será que todas foram encerradas? Ou será que não houve uns desvios ao programado pela DREC e pelo Governo? -----

--- Solicitem estas informações e depois poderemos analisar a real situação da educação na nossa região e quando se fala numa eventual transferência de algumas competências para as CIM's e municípios, temos, todos em conjunto, muito para refletir sobre esta matéria". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Ferreira, cuja intervenção se transcreve: "Como todos sabem foram definidos pela Região Centro, nomeadamente pela CCDR, que enviou para Bruxelas, um conjunto de eixos de intervenção prioritários no âmbito do próximo quadro comunitário. Não querendo retirar a importância a qualquer um dos outros eixos, porque só vou mencionar um, venho questionar o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, sobre a estratégia que se está a criar no âmbito do Eixo 5 "Aproximar e Convergir", o qual, visa promover a inclusão social e o combate à pobreza e discriminação. -----

--- Pese a recuperação a que no país e na região se vai notando, esta ainda não atingiu o nível que nós desejamos, pelo que eu considero que seja essencial que tenhamos presente as preocupações sociais. -----

--- Desejo que na elaboração desta estratégia sejam ouvidos os órgãos próprios da Segurança Social, os municípios, mas também os representantes concelhios das IPSS porque são estes que têm o conhecimento mais real e aprofundado da situação social das suas áreas de intervenção". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques, cuja intervenção se transcreve: "Dizer aqui apenas uma ou duas questões, nem era para falar, mas depois do meu "vizinho" de Castro Daire ter feito a sua intervenção lembro aqui que no Concelho de Castro Daire, eu

próprio apresentei uma moção sobre o encerramento de serviços, que era tudo menos uma coisa boa para o nosso Distrito e em particular para a nossa CIM e muito menos ainda para o Concelho de Castro Daire que viu essa descentralização e sofreguidão do Governo resultar na não existência de um tribunal, que está lá mas não serve para nada a não ser expediente, por isso não sei se é isso que é bom ou mau para Castro Daire. De certeza que para a nossa CIM não é.

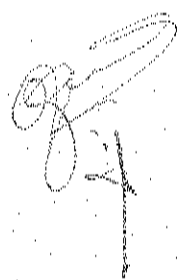
--- Por outro lado, dizer, também, que em termos de justiça e, também, no sentido de piorar os serviços da justiça além dessas “machadadas” que já deu a Ministra, que há muito já se devia ter demitido, mas que não o fez, prepara-se para continuar a dar mais “machadadas” na justiça e neste caso estava já a preparar um pacote legislativo no sentido de afetar agora os julgados de paz.

--- Já o tinha feito nos tribunais e agora vai para os julgados de paz e esta é uma questão que é importante para a nossa CIM, que tem vários julgados de paz e há que dizer, que ao que hoje consegui saber, o Governo está-se a preparar para aumentar as custas nos julgados de paz para, no mínimo, o dobro.

--- É mais uma situação que impede os cidadãos de recorrer à justiça em tempo útil e com gastos razoáveis, sendo que os julgados de paz tinham como principais vantagens a celeridade processual e os custos, que eram baixos. Dessa forma e ao eliminar esta segunda premissa que seriam os custos baixos vai fazer com que haja muita gente que nem aos julgados de paz possa recorrer, o que faz com que todos nós sejamos prejudicados, ou seja, com a Troika é uma coisa, sem a Troika é exatamente a mesma coisa e continuamos todos a empobrecer os nossos municípios.

--- Por fim, deixo apenas uma pergunta ao Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal. Tendo estado presente nas duas reuniões da Assembleia Distrital de Viseu, perguntar se já deram cumprimento à deliberação que lá foi tomada no sentido de toda a universalidade da Assembleia Distrital de Viseu vir para a CIM e saber se o Conselho Intermunicipal já a aceitou, até porque do que eu vejo, em tempos de crise, receber um espólio que valerá, provavelmente três milhões de euros, será algo facilmente aceite”.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Almeida, cuja intervenção se transcreve: “O tema que me traz aqui é um tema ligado ao turismo, setor que considero importante para a região e mais especificamente ao termalismo, às estâncias termais da nossa região.



--- São vários os concelhos que possuem na sua estância termal um foco de desenvolvimento do próprio concelho, no entanto, ainda existem diversas limitações em algumas dessas estâncias termais.

--- No enquadramento estratégico, no plano de ação que tive oportunidade de ver e rever com atenção, apercebi-me que apenas são previstos investimentos na diversificação da atividade termal ou criação de novas formas de receita das áreas termais, aumentar a visibilidade da região e promoção turística.

--- A minha questão é só uma, existem ainda estâncias termais com algumas lacunas em termos de infraestruturas e de edifícios, por forma a prestar serviços com melhor qualidade, daquilo que eu entendo e depreendo do plano não irão estar previstos investimentos nesta área e daí a minha pergunta: é mesmo assim, irá haver possibilidade para investir nessa área ou apenas na promoção?

--- Quanto à promoção queria deixar outra pergunta. Haverá um plano de promoção enquadrado para a região ou existirão diversos planos de promoção individualizados por cada concelho?"

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Amaro, cuja intervenção se transcreve: "O que me traz aqui vem na sequência do que já aqui foi perguntado sobre aquilo que está ser decidido sobre a Assembleia Distrital de Viseu e já aqui foi dito da sua importância e que a meu ver não pode passar ao lado daquilo que é a CIM, tendo em conta que a Assembleia Distrital, aquilo a que chama universalidade, ou seja, todo o seu património é não só rico como tem tudo do ponto de vista histórico, tem todo o interesse que venha a fazer parte da CIM.

--- As assembleias distritais eram elas próprias poderes autárquicos regionais, a CIM não é um poder autárquico mas não sabemos para o que poderá evoluir e nesse sentido acho que não é um assunto que possa, de acordo com a lei, ser arrastado até ao ponto de ser o Estado a ter que tomar a posição, ou seja, a iniciativa deste problema. Eu acho que é um problema que deve ser assumido e discutido pela CIM, dada a sua importância.

--- Para além disso o que me traz aqui é para aqueles que não conhecem mas penso que grande parte das pessoas conhece, pelo menos o património imaterial muito importante que constitui a Assembleia Distrital de Viseu e um deles é a revista Beira Alta, que foi criada, espero não me estar a enganar no ano, mas penso quem em 1941, no âmbito das chamadas juntas de província, aliás o seu primeiro diretor foi ele também presidente da junta de província da Beira Alta e portanto é uma revista riquíssima do ponto de vista da sua qualidade, dos seus conteúdos e que seria um autêntico crime que ela própria fosse apanhada na instabilidade destas mesmas

decisões pelo que é muito importante que isso seja tido em conta, sendo que me preocupa, muito, este arrastamento da solução, porque o arrastar disto pode levar a que esse património se perca. -----

--- Por outro lado, também tem um arquivo histórico importantíssimo, até para o próprio estudo daquilo que foi o funcionamento das assembleias distritais e esta riqueza deve preocupar todos e sobretudo deve preocupar encontrar uma solução". -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada Cristiana Ferreira, cuja intervenção se transcreve: "

--- Porque nunca é demais elevarmos a nossa voz, em qualquer fórum, em qualquer lugar, também aqui permitam-me que assinale o pretérito dia 25 Novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres. -----

--- Hoje, mesmo, há notícia de mais uma mulher que foi brutalmente assassinada, em Lousada, vítima, alegadamente, de violência doméstica....Lamento muitíssimo e profundamente esta e todas estas mortes. -----

--- Basta! -----

--- A violência doméstica configura um dos crimes mais hediondos que pode ser praticado contra o ser humano, em particular contra as crianças, mulheres e idosos. -----

--- Vive camuflado na intimidade da vida privada com vista a confundir e toldar o seu espectro social. -----

--- Alimenta-se de falsos afetos e aqui jaz a sua terrível essência. -----

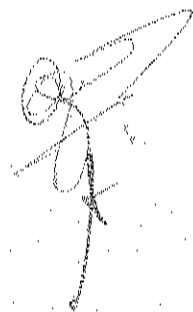
--- Ser agredida por um estranho provoca dor, medo e trauma é certo... -----

--- Ser agredida por quem se tem uma ligação emocional dói muitíssimo mais e fere de forma indelével... -----

--- Consubstanciada em todas as formas de abuso, temporário ou permanente, que incluem comportamentos que, por omissão ou ação, provoquem danos físicos e/ou psicológicos e que ocorrem nas relações intrafamiliares: o mau trato infantil, o mau trato de idosos e a violência conjugal. -----

--- Dor e sofrimento...Inclui qualquer forma de contacto que magoe a vítima. As lesões ou marcas nem sempre são visíveis, uma vez que os agressores cobardes e habilidosos certificam-se que as mesmas fiquem escondidas sob as vestes exteriores. -----

--- Perversidade...Chegam a levar as vítimas ao seu próprio desequilíbrio mental, pela minimização de sentimentos e culpabilização, bem como pelo isolamento da família e amigos. -----



--- Os criminosos atacam cirurgicamente com afirmações que pretendem minar a autoconfiança da vítima que vão desde os insultos às humilhações em família e em público, às injúrias, intimidações ou mesmo à chantagem. -----

--- As vítimas vivem reféns da sua própria vida e condição e dos laços que outrora criaram... os agressores por sua vez passam entre *as pingas da chuva* aproveitando-se da ligação afetiva e familiar para atuar.-----

--- Consequentemente há que atuar energicamente contra qualquer forma de violência para que se erradique este flagelo da nossa sociedade. -----

--- Todo o sistema tem que estar atento e vigilante e implacável contra os prevaricadores! -----

--- Passemos a mensagem...divulguemos... -----

--- Os hospitais, as associações especializadas sobre esta problemática, as polícias e os tribunais já possuem algumas armas com vista à proteção das vítimas e punição dos criminosos mas infelizmente nem sempre a tempo de evitar o pior porque se tratam de realidades muitas vezes ocultas e quando reveladas já é tarde demais para atuar.... -----

--- Por isso o trabalho tem que ser a montante, nas escolas, nas empresas, nas famílias, nos vizinhos, na sociedade civil no geral. -----

--- Porque nunca é demais... -----

--- Porque nunca é tarde demais... -----

--- Também aqui afirmo em meu nome e no nome do grupo parlamentar do PSD nesta assembleia, -----

--- Elevemos a nossa voz porque somos **CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA!**"-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: "Vou responder ao conjunto vasto de matérias que foram aqui abordadas. -----

--- Começando pelo fim, Senhora Deputada Cristiana Ferreira, parabéns, acho que é uma preocupação social de todos nós, a violência doméstica principalmente nós, autarcas, quando usamos esta política de proximidade, sabemos bem o que se passa nas nossas terras, e obviamente tendo essa informação privilegiada, também, teremos que ter a capacidade de resposta rápida, de denunciar, de aconselhar e de ajudar, não só os próprios intervenientes, dando obviamente o melhor conselho e em caso de crime, denunciá-los, porque é um crime público.-----

--- Por outro lado, os danos colaterais que é o problema dos menores e com as nossas CPCJ's (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), ter logo uma intervenção rápida, para que na

cadeia familiar não haja outros problemas, para além de maus tratos, que tem ocorrido por este país que se julga civilizado mas que, infelizmente, ainda tem muito destas coisas. -----

--- Para responder ao Senhor Deputado António Luís Ferreira, de Castro Daire, que põe duas temáticas, a municipalização da educação, em conjunto com o senhor Deputado Dinis. Deixem-me que vos diga que tudo o que sabemos, enquanto decisores da Comunidade Intermunicipal, desta municipalização da educação, sabemos pela Comunicação Social, a única conversa foi hoje mesmo, um encontro com todos os CQEP's da região, os centros de qualificação e ensino profissional, com as escolas profissionais, com os colaboradores e senhores vereadores da educação ligados aos catorze municípios e com a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional. -----

--- O que pretendemos? -----

--- Pretendemos, acima de tudo, em conjunto com a Agência Nacional, fazer um mapeamento das necessidades formativas, para que se crie uma rede formativa planificada. -----

--- Uma proposta de rede com uma governança em que haja representantes de cada município, com os agrupamentos de escolas, com o IIEP e com, uma coordenação da comunidade, para não andarmos todos a dar formação para a restauração, por exemplo, em todos os municípios.

--- Um tem vocação para isso, outro terá para termalismo e é isso que em termos de educação, me cabe dizer desta municipalização da educação, sendo que a nossa intervenção direta neste momento é com a Agência Nacional. -----

--- Programa Aproximar, vai ser um tema muito falado, quer nos municípios, quer na Comunidade, porque a nossa Comunidade, juntamente com outras três, foi escolhida como Comunidade piloto para implementar este projeto no terreno. -----

--- Foi apresentado um programa sério do Governo, pela primeira vez, porque aquilo que me foi explicado foi para não esvaziar mais os nossos territórios de serviços, desde logo, este programa permite não só estabilizar os serviços que temos nos nossos municípios, criando as lojas do cidadão, mas potenciar e agregar eventualmente outros que se julguem necessários. -----

--- Digamos que agora esta capacidade, com a coordenação da Comunidade e com a sua liderança para perceber, com os municípios, quais são os serviços que se podem agregar. -----

--- Obviamente que estas lojas de cidadão manterão os serviços que estão nos municípios e paralelamente também permitem ou complementarmente ainda ter outro tipo de serviços. ----

--- O espaço de cidadão que já é um outro programa que também pode agregar serviços de assistência digital, isto é, aqueles que permitem ter dentro das plataformas e que as pessoas



resolvam hoje, como o acesso às finanças, à segurança social e todos esses serviços que hoje permitem uma interação *online*.

--- Por isso, os municípios já foram contactados pelos representantes do governo, neste momento estão a fazer um levantamento das potencialidades que cada município tem, visto que conheciam muito bem o diagnóstico de cada município, dos utentes, de cada serviço, dos funcionários que exercem esses serviços, digamos do rácio dos funcionários.

--- Foi-nos dada a garantia, de que em princípio todos os funcionários são poucos para prestar estes serviços por isso também afastamos esse fantasma. Mas neste momento o que está a fazer o governo, é mesmo isto, eles vieram para o terreno com esse estudo, enquanto consultaram obviamente os municípios, para ver os espaços físicos que podem potenciar uma boa centralidade e mobilidade.

--- Obviamente que este Programa Aproximar tem outros serviços complementares, o dito Porta a Porta, e aqui sim, a Comunidade Intermunicipal terá, uma maior intervenção porque permite que de facto carrinhas de cidadão percorram os territórios, de baixa densidade e aí a nossa estratégia é conciliar e juntar alguns municípios e que estas carrinhas vão em encontro das pessoas e possam prestar, de facto, os mesmos serviços.

--- O Senhor Deputado Dinis perguntou-nos pelo nosso plano estratégico, o nosso plano estratégico ainda não está aprovado, está ultimado, mas em virtude do aviso de concurso que saiu tem que estar conformado com ele, e estamos precisamente nessa conformação, as equipas de trabalho conjuntamente com o secretariado, estão a fazer essa conformação do plano estratégico que vos foi apresentado.

--- O Plano terá que estar aprovado primeiro em Conselho Intermunicipal, isso ocorrerá no dia dezassete de dezembro de dois mil e catorze num Conselho Intermunicipal extraordinário, e depois, como é obrigatório, o parecer do Conselho Estratégico, cuja reunião ocorrerá, também, nesse dia, da parte da tarde.

--- De seguida teremos que o candidatar ao aviso que está aberto até o dia vinte e oito de dezembro.

--- O Senhor Deputado Sérgio Ferreira, do Sátão, falou aqui do problema que nos afeta, e muito, à nossa faixa etária e à nossa rede social, digamos o problema da inclusão.

--- Vamos fazer um pacto para a inclusão e aqui estarão obviamente os parceiros sociais, não só os institucionais mas também os de cariz privado, desde já os municípios, desde já a segurança social que está connosco, a União das Misericórdias que fazem parte e aceitamos no nosso

Conselho Estratégico mas obviamente as IPSS's que também fazem parte e que, obviamente, darão o seu contributo para este pacto.-----

--- Drs. Paulo Marques e António Amaro puseram uma questão praticamente única, o Dr. António Amaro foi mais longe e deu-nos uma lição de história, com coerência e objetividade.--

--- Penso que todos conhecem o que se passou nas últimas duas Assembleias Distritais, uma das quais foi da constituição da mesa, passado quinze anos tivemos o quórum desejado depois de constituída a mesa e os órgãos eleitos, marcamos uma outra para decidir entre outras coisas, a universalidade.-----

--- Foram feitas duas propostas, mas uma proposta que foi aceite e retificada por todos os representantes, na sua grande maioria, para não dizer unanimidade dos representantes dos municípios desta comunidade na qual foi deliberada que a sua universalidade deveria rever para a Comunidade Intermunicipal.-----

--- A ata com essa deliberação já chegou a CIM conjuntamente com o seu inventário, sendo que esta universalidade é constituída por um património imobiliário, o edifício a Casa do Adro na Sé, um património mobiliário que está devidamente inventariado, cadeiras, mesas, quadros, e outros bens móveis. Também está inventariada a revista histórica como um património imaterial, a Revista Beira Alta, um património mobiliário financeiro e, também, um crédito de quotas que os municípios foram deixando por pagar que ronda um milhão, trezentos e cinquenta mil euros.-----

--- Para percebermos que não entendo isso como um bónus, mas para também percebermos que esta universalidade também tem questões laborais, neste momento, duas senhoras, uma já em fase para pedido de reforma e uma outra que pode muito bem ajudar e será aceite e integrada na comunidade intermunicipal.-----

--- Tenho aqui por último, o Senhor Paulo Martins, de Castro Daire, que fala muito bem na questão do turismo para a região e nomeadamente para o termalismo.-----

--- Deixe-me, também, aproveitar esta oportunidade para dizer, a maior parte dos nossos concelhos tem termalismo, temos que perceber que esta temática é muito importante para a região, 30 % do turismo, do termalismo nacional é praticado na nossa região, nesta Comunidade Intermunicipal.-----

--- Obviamente que a promoção será feita, sendo que essa promoção possa ser cada vez mais uma promoção da região pois temos hoje uma marca, Viseu Dão Lafões, uma marca que se quer afirmar não só em Portugal mas também no mercado internacional, principalmente no ibérico.



--- Temos algumas ações agendadas para o efeito, e obviamente que se trabalharmos em rede e fizermos a promoção da marca em rede, será obviamente, vantajoso para todos. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, tendo verificado a inexistência de mais pedidos de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado. -----

--- Ordem do Dia -----

--- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 30/04/2014 -----

– Em face da ausência de inscrições, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com sete abstenções. -----

--- Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 17/10/2014. -----

– Em face da ausência de inscrições, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com oito abstenções. -----

--- Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos – Análise, discussão e votação da proposta de aquisição de serviços para a certificação legal de contas, de acordo com a Informação de Serviço nº 286/2014, de 14 de outubro, nos termos do nº 1 do art.º 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e do nº1 do artigo 42º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “De acordo com a própria Lei nº 73/2013, da antiga lei das finanças locais, hoje regime jurídico e financeiro das autarquias locais, que quer os municípios, todos nos já o fizemos na Assembleias Municipais, a Comunidade Intermunicipal também tem a obrigação de ter um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores para que nos ajude na formatação das contas públicas ou na certificação legal de contas públicas, que depois têm que ser aprovadas e seguir para o Tribunal de Contas”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Relativamente ao quarto ponto da ordem de trabalhos – Análise, discussão e votação da proposta de regulamento orgânico e de funcionamento da central de compras regional, da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço nº 322/2014, de 12 de novembro e

nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: "O que posso dizer é que a Comunidade Intermunicipal está a constituir uma Central de Compras Eletrónicas de âmbito regional. -----

--- O objetivo é bom, é ganharmos robustez, ganharmos escala para irmos ao mercado e comprarmos produtos específicos, quando digo produtos específicos, digo, produtos específicos com propostas economicamente mais vantajosas, às vezes as de melhor preço não são economicamente mais vantajosas. -----

--- Mas só para dizer, já vou passar a palavra ao Dr. Nuno Martinho, só para dizer isto, quando foi apresentada esta Central de Compras, o próprio Conselho teve uma dupla preocupação, uma central de compras que permite adquirir, obviamente, bens e serviços mas que não afete a economia local, até porque a adesão a esta Central de Compras é voluntária. -----

--- Foi esta a nossa preocupação, sendo que o Dr. Nuno Martinho pode escalpelizar o que de melhor esta Central de compras poderá representar para a região". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "Vou acrescentar muito pouco, o Senhor Presidente foi elucidativo relativamente a esta temática. -----

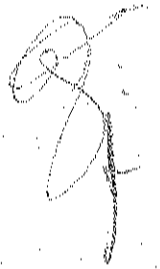
--- Aproveito o ensejo para dar conta à Assembleia que este projeto se insere no âmbito do projeto que estamos a trilhar desde dois mil e nove na área da Modernização Administrativa. -

--- Uma destas componentes tem a ver com uma Central de Compras à escala regional que pensamos ter muitas virtualidades para o conjunto dos catorze municípios. -----

--- Dizer aqui que é um caminho que outras comunidades intermunicipais têm vindo a trilhar, ao longo do tempo, nomeadamente a CIM da Região de Coimbra, a Área Metropolitana de Lisboa, a CIM do Oeste, pelo que, objetivamente, teremos que ganhar músculo, agregar necessidades de aquisição de bens ou serviços, constituir acordos quadro e a partir daí teremos condições economicamente mais vantajosas para cada um dos municípios possam fazer as suas aquisições. -----

--- Dar aqui nota que estes Acordos Quadros não vinculam os municípios a terem que fazer essas adjudicações. -----

--- A CIM inclusivamente lançou um concurso público internacional para o fornecimento de energia elétrica para os catorze municípios e outras entidades do perímetro da administração local. Dar nota que o Conselho Intermunicipal, inclusivamente, na próxima quarta-feira, irá



aprovar o Relatório Final da análise de propostas que vai revelar uma poupança, no conjunto dos municípios, entre dez e doze por cento. -----

--- Neste sentido, se já tivéssemos a Central de Compras a funcionar, era muito mais fácil este procedimento, não havia a necessidade de um concurso público internacional pois em termos de agilidade administrativa e formal de adjudicação, para os municípios, era um processo muito mais fácil. -----

--- Em conclusão, todo este processo de Central de Compras está participado, toda esta aquisição de serviços, também, através do Programa Compete no âmbito do Projeto SAMA, com uma participação de 85%. Dizer também que em termos de modelo de governança e de decisão, as tipologias de bens, serviços e os acordos quadros que vão ser celebrados no âmbito da plataforma vão ter que ser, todos, aprovados no Conselho Intermunicipal".-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- No que concerne ao quinto ponto da ordem de trabalhos – Análise, discussão e votação da proposta de regulamento do concurso de ideias de negócio, no âmbito do projeto da Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de serviço nº 307/2014, de 24 de outubro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: "É também um tema que nos é caro, esta Rede Regional de Empreendedorismo, fomos pioneiros, temos neste momento um grande nome para defender neste projeto, digamos que há uma competição saudável entre todos os municípios com ideias de negócios e principalmente em comunidades que nós todos gostamos que são as comunidades escolares. -

--- Já estávamos no segundo e terceiro ciclo e no secundário, neste momento queremos ser mais abrangentes queremos ir ao primeiro ciclo, isto é, penso que é semear para futuramente colher, é isso que nós pretendemos, semear nas crianças, principalmente neste momento de crise, a sua capacidade de idealizarem negócios. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "Só um complemento, a CIM tem vindo, já há três anos a liderar na região, uma Rede Regional de Empreendedorismo, obviamente, juntando a si, um conjunto de entidades com relevância na área do empreendedorismo, o sistema científico-tecnológico, as três escolas de

ensino superior, a Associação Empresarial da Região de Viseu (AIRV) é depois no âmbito do empreendedorismo nas escolas, os agrupamentos de escola da nossa região, os centros de formação de professores, e também obviamente, os municípios.-----

--- Desde a primeira hora a CIM tinha no seu plano de ação fazer um aviso de concurso, a nível nacional, sendo que este regulamento prevê um concurso de ideias de negócio que designamos de Wanted Business Ideas a nível nacional, para, de facto, se procurarem ideias de negócio.---

--- É um aviso que vamos fazer juntamente com o Instituto Politécnico de Viseu e com a Associação Empresarial da Região de Viseu (AIRV), portanto, a CIM é promotora mas tem estes dois parceiros, tendo-se chegado a este formato final de regulamento.-----

--- Também teremos a parceria de uma instituição bancária neste concurso, bem como a Federação Nacional Business Angels e o Clube de Business Angels Viseu Dão Lafões. -----

--- Dar nota que iremos fazer uma campanha de comunicação deste concurso de ideias de negócio, não só a nível regional mas também a nível nacional, e juntamente com o Instituto Politécnico de Viseu e com a AIRV, vamos inclusivamente fazer um Roadshow pelas várias universidades do país para apresentar este concurso. -----

--- Nós pretendemos é que isto tenha continuidade, isto é, que o projeto não seja lançado este ano, mas que de dois em dois anos, estas três instituições se juntem a outras que se queiram se juntar no futuro, e o território tenha um concurso de ideias de negócio, de âmbito nacional, onde se junte de facto, este triângulo virtuoso, que é a Comunidade Intermunicipal, juntamente com os municípios, sistema científico-tecnológico e associações empresariais”.-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Relativamente ao sexto ponto da ordem de trabalhos – Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “ Este foi o Mapa de Pessoal que nos foi apresentado pelo Secretário Executivo para desenvolver as suas competências, não só estas, como futuras.-----

--- Mas o Dr. Nuno Martinho, se o Senhor Presidente o permitir, dará uma explicação do porquê da apresentação deste Mapa de Pessoal”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: " No ano passado apresentamos um Mapa de Pessoal, onde não era criado nenhum posto de trabalho durante o ano, não que não seja necessário porque é muito necessário, nomeadamente face à evolução da Comunidade Intermunicipal. -----

--- A grande responsabilidade que temos até perante identidades externas, a CIM é um organismo intermédio na gestão de cerca de cem milhões euros, portanto estamos sujeitos a um escrutínio muito grande quer por parte da DGAL e da IGF (Inspeção-Geral das Finanças), mas também por parte de Bruxelas. -----

--- De facto, este ano estamos com um problema que não tivemos nos anteriores anos com os Orçamentos de Estado. Quando nos anos anteriores, os orçamentos de estado, com Troika, colocavam os municípios sempre com a perspetiva que não podiam aumentar os postos de trabalho com a exceção, que não aumentasse a rubrica da conta de despesas de pessoal, isto é, podiam contratar mais pessoas desde que no final do ano, relativamente ao período do ano anterior, não tivesse um aumento nas despesas de pessoal. -----

--- Este ano a redação mudou e então disseram que todas as instituições do perímetro da administração local, onde estão de facto integradas as CIM's, estão impedidas de aumentar a despesa com pessoal, tendo como referência o ano anterior, o que nos cria um problema muito grande, porque somos uma casa com recursos ainda novos, não temos ninguém a ser reformado, portanto teremos muitas dificuldades em cumprir o critério de não aumentar as despesas com pessoal. -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Relativamente ao sétimo ponto da ordem de trabalhos -- Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades, para o exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: " Vou passar a palavra ao Dr. Nuno Martinho porque ele tem uma apresentação em powerpoint, não sem antes vos dar nota que foi devidamente apreciada, discutida e votada, por unanimidade, esta proposta, em Conselho Intermunicipal. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "Vou tentar ser claro, o mais conciso possível e também obviamente deixando de parte algumas questões de debate, relativamente a esta proposta.-----"

--- Foi devidamente distribuído como a restante documentação, a nossa proposta do Conselho Intermunicipal, Plano de atividades e Orçamento para o exercício económico de 2015 que a exemplo de anos anteriores, tem obviamente uma estrutura que tem um sumário executivo, que é uma mensagem do Conselho Intermunicipal do Senhor Presidente, tem uma apresentação da Comunidade Intermunicipal, que de facto se repete ao longo dos documentos, que são documentos institucionais que estão disponíveis também no site da Comunidade Intermunicipal que vão ser disponibilizados a outras entidades externas e portanto têm sempre um apartado relativamente institucional da apresentação da Comunidade e da Estrutura Organizacional e depois tem um outro separador mais a frente, que tem a ver de facto com as grandes opções do Plano para o exercício de 2015.-----"

--- Entrando nas linhas estratégicas da Comunidade, mantivemos aqui, aquilo que tem sido as políticas seguidas ao longo dos últimos anos, em termos da estratégia da Comunidade Intermunicipal e da estratégia de intervenção no território, obviamente aqui, adaptando também com esta realidade que temos, que é o quadro comunitário, o Portugal 2020.-----"

--- Fazendo aqui um parêntese, para dar nota que nesta altura o PO Regional, ainda não se encontra aprovado na Comissão Europeia, encontra-se sim aprovado e assinado a 30 de julho, o acordo parceria entre o Estado Português e Bruxelas.-----"

--- Portanto, agora aguardamos a aprovação do PO Regional e também dos PO's Nacionais Temáticos sendo que neste momento, a CIM ainda não apresentou a sua ITI, o seu Pacto para a Competitividade e Coesão que irá acontecer num momento posterior.-----"

--- Por isso mesmo, a CIM hoje não apresenta novos projetos porque estes projetos estão enquadrados naquilo que nós chamamos a perspetiva regional estratégia de desenvolvimento, onde estão acomodados os objetivos estratégicos que como é de conhecimento dos senhores Deputados, foram aqueles que também foram apresentados na estratégia territorial de desenvolvimento.-----"

--- Outra nota, relativamente à monitorizar e melhoria da qualidade do serviço da administração local, um caminho que temos vindo a fazer no âmbito da modernização administrativa, a capacidade competitiva da região, a coesão social e as redes de cooperação com modelos e instrumentos inovadores de governança.-----"

--- Portanto, um caminho que temos vindo a trilhar com o território, com o trabalho dos atores na região, a gestão da contratualização com o Programa Mais Centro, estamos a encerrar um quadro comunitário, o core principal e foi este que esteve na génese da criação da Comunidade Intermunicipal, que é o modelo de governação do QREN 2007-2013, que irá continuar e obviamente o reforço da entidade Viseu Dão Lafões e depois uma parte instrumental da organização e gestão interna. -----

--- Relativamente à linha estratégica da perspetiva regional e estratégia de desenvolvimento, portanto nós estamos aqui numa fase, que a CIM já apresentou ao Conselho Estratégico, num primeiro momento, a 2 de setembro, a sua versão preliminar da estratégia, o mesmo documento foi apresentado e discutido com os Senhores Deputados da Assembleia Extraordinária de 17 de outubro, sendo que entretanto, abriu um aviso a nível nacional, para que as comunidades intermunicipais submetessem, até 27 de dezembro, a sua Estratégia Territorial de Desenvolvimento. -----

--- Portanto estamos numa fase de conformação final deste documento, sendo que aproveito para dar nota que estão a ser incorporados diversos contributos remetidos pelo Conselho Estratégico e por alguns dos Senhores Deputados. -----

--- Por outro lado, no próximo dia 17 de dezembro, vai ser o momento em que vamos aprovar o documento no Conselho Intermunicipal, para posteriormente o subir ao Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal porque é o Conselho Estratégico que, de acordo com o Acordo Parceria, tem que dar parecer relativamente a este documento. -----

--- A fase a seguir, será o Pacto para a Competitividade e Coesão, um documento mais fino, que no fundo irá dizer, quais os projetos que a CIM vai liderar e quais são os projetos e intenções de investimento dos municípios, em cada uma dos regulamentos, em cada uma das tipologias de operação, que sejam, "itizáveis". -----

--- Uma novidade relativamente ao passado, é que a CIM vai ter Fundo Social Europeu, enquanto no passado teve só FEDER, agora vai ter Fundo Social Europeu e de facto vai atuar em áreas muito importantes. -----

--- Está previsto a CIM também trabalhar num Pacto Territorial para a Empregabilidade, na dupla tutela educação/emprego, inclusivamente hoje, tivemos uma reunião com a Agência Nacional de Qualificação. -----

--- Dentro da modernização administrativa, um projeto e um caminho que temos vindo a trilhar ao longo dos anos, ancorada na formação Supramunicipal, dado ter sido uma aposta política do Conselho Intermunicipal de chamar a si, a qualificação dos profissionais da administração

pública local e de facto a CIM, em termos nacionais, é bom dizê-lo, é a CIM que tem a maior taxa de execução de FSE, entre as comunidades intermunicipais do país, quer de formação-ação, quer de formação em sala. -----

--- Fez-se formação de grande qualidade que alavancou as competências dos colaboradores dos municípios, que alavancou as competências das unidades administrativas, unidades orgânicas e que de facto, é um caminho que fizemos que serviu também para amarrar aos projetos de modernização administrativa que desenvolvemos -----

--- O Programa Aproximar que também já foi aqui falado, portanto a CIM Viseu Dão Lafões é CIM piloto, tendo sido aprovado, por unanimidade, no Conselho Intermunicipal. -----

--- A reorganização dos serviços públicos de atendimento da administração pública, com a criação de lojas de cidadão municipais e distinguir o que são lojas de cidadão e rede complementar de espaços do cidadão. -----

--- Paralelamente a isto, há uma rede de transportes públicos, o transporte porta-a-porta, já há um projeto-piloto, no Município de Mação, na CIM do Médio Tejo sendo que a CIM também está a trabalhar neste projeto. -----

--- Há, também, a rede móvel de carrinhas do cidadão, com as quais se pretende levar serviços da administração pública a zonas de baixa densidade populacional, sendo este um projeto que irá ser liderado pela Comunidade Intermunicipal numa candidatura a fundos comunitários. -----

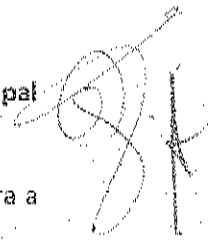
--- Uma questão importante foi o Conselho Intermunicipal ter proposto, que o modelo de governança e a liderança, musculada, caberia à Comunidade Intermunicipal, no sentido de qualquer decisão que houvesse que tomar teria que passar pelo Conselho Intermunicipal, no que concerne a determinadas opções. -----

--- Portanto neste momento a CIM lidera este triângulo Governo, CIM e municípios, no Programa Aproximar, tendo a equipa do governo percorrido os catorze municípios para fazer um diagnóstico e uma inventariação dos espaços e serviços existentes. -----

--- Um caminho que temos começar a fazer, que já estava no plano de atividades do ano anterior, é este binómio relativamente à unidade de serviços partilhados e transferências dos municípios para a CIM. -----

--- Acho que há um conjunto de serviços, estão aqui alguns exemplos: auditoria interna; assessoria jurídica; assessoria financeira; controlo de gestão, os quais poderão integrar unidades de serviços partilhados, ganhando-se pela escala que os mesmos riam ganhar. -----

--- É uma questão que obviamente já foi também debatida no Conselho, sendo necessário efetuar um estudo piloto no seio da CIM, para começarmos, também, a fazer este caminho -----



porque para exigirmos transferências da administração central, para os municípios ou para a Comunidade Intermunicipal, temos que dar o exemplo. -----

--- Temos aqui a questão da cultura, do desporto e lazer, a questão da gestão de equipamentos. Vou dar aqui um exemplo muito claro na questão da transferência de competências que temos vindo a falar, os municípios vão ter uma realidade, neste quadro comunitário, que é como vão fazer a conservação e a manutenção da rede infraestrutura rodoviária porque não é elegível em sede de fundos comunitários. -----

--- Portanto aqui, a transferência desta gestão para a Comunidade Intermunicipal no duplo sentido de monitorização através do SIG, do estado das vias mas também, por outro lado, na perspetiva de servimos de "barriga de aluguer" para lançar procedimentos para os catorze municípios. -----

--- Na gestão da Ecopista do Dão, dar nota que relativamente a isto, desde dois mil e onze, quando ela foi inaugurada, a CIM além de estar responsável pela manutenção, conservação e limpeza, um dos trabalhos que fez, foi colocar a ecopista nas redes internacionais de Vias Verdes, e neste momento estamos a estruturar a oferta do produto turístico Ecopista do Dão. -----

--- Só queria dar esta nota e pedia alguma atenção aos Senhores Deputados, que de facto a Ecopista vale por si, mas vale muito mais se tiver associado a outros recursos do território. O que estamos a fazer neste momento, é estruturar a oferta, isto é, temos terras, temos património, temos gastronomia, temos ecopista, temos vinhos, temos o projeto da Rota do Vinho do Dão e estamos a estruturar esta oferta no sentido de criar oferta turística aos turistas que venham para o nosso território. -----

--- Uma nota, não estamos a fazê-lo sozinho, estamos a fazê-lo com os operadores turísticos, estamos a fazê-lo com o Turismo Centro Portugal, com associações de desenvolvimento local. -----

--- Relativamente à rede Corredores Verdes, é outra questão importante que é os percursos pedestres. Nós somos uma região que tem cerca de 60 percursos pedestres sinalizados e portanto, temos que tirar partido disto juntando a ecopista e a rede de corredores verdes. -----

--- O empreendedorismo é um projeto muito conhecido, já falei do concurso de ideias de negócio, não vou voltar a falar, mas dar nota aqui, que ainda ontem iniciamos mais uma ação de capacitação, inclusivamente com um Senhor Deputado que aqui está, que é um Professor que está nesse projeto, este ano como dado novo, entramos no primeiro ciclo, vamos estar com os alunos do terceiro e do quarto ano do ciclo com uma mascote tendo resultado da procura que tivemos por parte dos professores, dado termos realizado duas ações de formação de professores, com cerca de duzentos professores e havia muitos professores que nos

questionavam, porquê não abrem para o primeiro ciclo, isto é possível de implementar no primeiro ciclo. Este ano temos sessenta professores do terceiro e quarto ano que estão a implementar o projeto em alunos do primeiro ciclo. -----

--- Relativamente à eficiência energética da iluminação pública, já dei nota aqui, o concurso público nacional que a CIM lançou e que vai gerar poupança significativa nos catorze municípios e simultaneamente, a CIM vai apresentar uma candidatura para instalação de equipamentos e de soluções de diminuição da fatura energética com a colocação de reguladores de fluxo luminoso, sistemas LED, relógios astronómicos e balastros eletrónicos.-----

--- Um projeto novo, um projeto que vai ser aberto o procedimento concursal ainda durante este ano, que tem a ver com o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte. -----

--- É um instrumento de gestão decisivo, à escala dos catorze municípios para pois poderá permitir a congregação de diversos projetos, como sejam, o projeto porta-a-porta, permitir uma gestão eficiente dos transportes escolares, por exemplo, sendo que um Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes com estes objetivos estratégicos, é um projeto que vai demorar algum tempo a implementar. -----

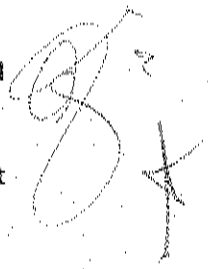
--- Na área da proteção civil, o ano de dois mil e catorze foi marcada, por duas candidaturas, aquisição de equipamentos de proteção individual, tendo sido a primeira Comunidade Intermunicipal do país a entregar os equipamentos de proteção individual aos bombeiros, um projeto de cerca de trezentos e vinte mil euros, bem como na área da cartografia de risco.-----

--- Fomos também convidados a participar num projeto europeu, uma candidatura à Comissão Europeia, o projeto Shield, juntamente com vários parceiros europeus. É um projeto que tem muito a ver com o desenvolvimento de soluções para análise de situações de risco numa mancha florestal como a que existe em Viseu Dão Lafões. -----

--- Criar e Promover a marca Viseu Dão Lafões, há bocado foi falado pelo Senhor Deputado Paulo Almeida, exatamente a questão das temas.-----

--- Queria só dar aqui uma nota, relativamente à estratégia, a CIM e o Conselho identificaram o termalismo como um recurso que devia ser explorado e que devia ser explorado/associado a outros recursos que nós temos no território. -----

--- Nesta combinação cruzada entre os recursos, de forma a criar valor económico, que na estratégia de Bruxelas, na Estratégia de Especialização Inteligente RIS3, é exatamente isto que fala, combinar os recursos de forma diferente, de forma a elas gerarem valor económico. Este estudo, inclusivamente, na área do termalismo, fala exatamente nisto, numa região que pode



ser uma região de bem-estar, associando a todos os recursos que temos, onde de facto, o pivot é o termalismo. -----

--- A CIM vai durante o ano, ter a campanha de comunicação da marca Viseu Dão Lafões no mercado interno e no mercado interno alargado, inclusivamente, foi distribuído hoje, aos Senhores Deputados, um roteiro de experiências e outros suportes comunicacionais que vamos, juntamente com o Turismo do Centro, promover aquém e além-fronteiras. Vamos iniciá-la nas ruas do Porto no fim de semana de 6 e 7 e depois em Lisboa, vamos também fazer um conjunto de reuniões com operadores turísticos, sempre com o Turismo do Centro, que é a quem compete a missão de ordenar e coordenar esta campanha de promoção. -----

--- Em termos da rede urbana, dar nota que temos a gestão da rede, da rede de incubadoras que está a nascer no nosso território. Este projeto está bastante atrasado, teve pouca execução no ano 2014 pelo simples motivo de que também houve algum atraso nas obras por parte dos municípios. -----

--- Cultura e plataforma cultural, este ano tivemos uma experiência fantástica no nosso território, que foram dois projetos, o projeto "Viseu a", do Teatro Viriato, que extravasou as fronteiras da cidade de Viseu, foi a São Pedro do Sul, Tondela, foi a Mangualde, foi a Nelas e tivemos a Viagem do Elefante, um projeto da Rede Urbana de Competitividade e Inovação que, percorreu os catorze municípios numa perspetiva de atratividade regional, o que a cultura pode fazer pela coesão social e territorial e, mais importante que isso, um envolvimento das comunidades que foi este projeto. -----

--- Foi unânime entre todos os presidentes, falam também deste projeto como o projeto bandeira da Comunidade. -----

--- Na nossa região temos a sorte de termos um conjunto de instituições culturais profissionais ou não, que de facto são muito pujantes e, têm que estar ao serviço do território, têm que estar ao serviço da comunidade para alavancar os outros recursos do território. -----

--- Em termos de assistência técnica, como falava há pouco, o nosso core, nós neste momento temos setenta e oito milhões de euros de contratualização para encerrar, para também libertar dinheiro para o *overbooking*, para o PO Mais Centro, temos um trabalho muito grande de verificação financeira, física e documental nos municípios, que nos vai ocupar durante todo o ano 2015, que tem como objetivo o encerramento deste quadro comunitário. -----

--- Relativamente à divulgação, os nossos canais continuam a ser o nosso site, o facebook, brochuras institucionais que também vamos transmitindo aos presidentes e isto é a parte mais instrumental, que tem a ver com a aquisição de equipamentos para imobilizado, sempre

financiado, sempre procurando a oportunidade dos fundos comunitários para financiar o crescimento da Comunidade Intermunicipal. -----

--- Relativamente ao Orçamento, dar nota que o este atinge cerca de dois milhões de euros, sendo que as receitas da Comunidade, são as quotizações dos municípios, a transferência de cerca de duzentos e quarenta mil euros que nos é feita pela DGAL e depois são os fundos comunitários, os projetos que nós lideramos, também a nível de assistência técnica. -----

--- Portanto, aquilo que estive aqui a explicar, em termos de Grandes Opções de Plano, é aquilo que se traduz em termos de projetos e em termos de aquisição de bens e em termos de aquisição de serviços da Comunidade Intermunicipal, que há claramente uma separação entre o PPI e a as atividades mais relevantes”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Cruz, cuja intervenção se transcreve: “A proposta de Orçamento para 2015 que hoje se encontra em análise nesta Assembleia, assume uma particular relevância tendo em linha de conta, as responsabilidades e desafios políticos para o exercício económico de 2015 e que envolvem designadamente, como já aqui foi sublinhado, o envolvimento da Comunidade no fecho do período de reprogramação do QREN Mais Centro 2007-2013 e a dinamização e promoção de estratégias locais de desenvolvimento, visando em particular, o empreendedorismo e o emprego, no processo de implementação do instrumento de desenvolvimento local de base comunitária para o novo quadro de reprogramação 2014-2020, do qual já se encontra em aberto e lançado o primeiro concurso de pré-qualificação das parcerias. -----

--- Perante estes desafios estruturantes, consideramos ser importante que o Senhor Presidente esclareça esta Assembleia sobre as seguintes questões: do lado da receita, já fui minimamente esclarecido agora nesta última intervenção do Senhor Secretário, estavam alocados um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, nove centos e oitenta e oito euros, em duas rubricas: Transferências Outras e perguntava qual era a origem desta dotação que representa 75% da receita do orçamento. Julgo que respondeu uma parte daquilo que eu perguntava. -----

--- Do lado da despesa, qual a aplicação em concreto das dotações constantes de estudos e projetos, num montante de duzentos, sessenta e três mil e catorze euros e outros trabalhos especializados num montante de oito centos e dois mil, duzentos e treze euros”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado “Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: “Tinha aqui três questões para colocar. -----

--- A primeira é relacionada com a Ecopista. O Dr. Nuno Martinho falou aqui na manutenção da Ecopista do Dão; tenho verificado, e já levantei este problema na Câmara Municipal de Tondela,



em que os três municípios pagam uma verba à Comunidade que deveria gerir a sua manutenção. Acontece que a Câmara Municipal de Tondela já foi alertada, há quatro ou cinco meses, por uma situação que se passa na Ponte sobre o Rio Dinha em Tondela, em que há grelhas que estão levantadas, uma delas já provocou um acidente. Quando se lá passa - e passo lá algumas vezes a caminhar - os parafusos devem estar a soltar-se e caem ao rio. Além disso, é a própria conservação do piso, as valetas estão a ser invadidas por raízes de ervas daninhas e está-se a levantar. Portanto não tem havido, efetivamente, nenhuma manutenção. Pelo menos durante o ano 2014, não foi visível, das vezes que lá passei, alguma manutenção na ecopista e digo, há lá zonas em que, provocado pelo gelo, a pista rebenta, mas há outras zonas onde é provocado pela falta de limpeza das valetas. -----

--- Falou também aqui, na eficiência energética, já falou aqui por diversas vezes em assembleias anteriores que a CIM terá aberto ou está para abrir um concurso Internacional para fornecimento de energia. Mas também falou aqui que irá fazer alguns projetos e eu queria saber qual é a sua abrangência, projetos para redutores de fluxo e iluminação de LED, portanto, se isso é condicionado a algum município ou se algum município pode apresentar mais que um projeto. Queria que me exemplificasse melhor essa situação. -----

--- Também falou aqui da marca Viseu Dão Lafões. Obviamente que têm feito essa promoção e até já vimos aqui um filme promocional mas queria também fazer um reparo. As ações que a CIM tem promovido localmente têm sido praticamente todas no mesmo sítio. Compete à CIM zelar também pela coesão territorial e pela promoção dos seus produtos endógenos portanto não vejo motivo nenhum para que quase todas as ações tenham sido feitas em Viseu e não na sede de Conselho de onde os produtos endógenos são originários ou nas próprias áreas económicas. Neste ponto, também disse que queria fazer a promoção da Marca Viseu Dão Lafões utilizando a Ecopista, e agora, a título de piada, espero que não se fique pela faixa amarela da ecopista". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinís, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente, acho que a apresentação que tivemos foi bastante elucidativa, de qualquer das formas, a análise que fazemos ou o Plano de Atividades e de Orçamento da CIM para o próximo ano é bastante positiva. Parece um orçamento sério e responsável e ambicioso em alguns domínios importantes para o futuro da nossa região. -----

--- No entanto, parece-me evidente que em função do futuro dos fundos comunitários para projetos supramunicipais, é natural que seja preciso fazer uma revisão em breve do mesmo. Penso que será isso que foi aqui referido e portanto estamos todos na expectativa de que esse

reforço do ponto de vista dos projetos supramunicipais venham a ser concretizados. Oxalá que todos tenham força política e a capacidade executiva para os poderem concretizar. -----

--- No entanto, gostaria de deixar alguns alertas sobre dois pontos específicos: o primeiro ponto, está relacionada com a Ecopista do Dão, logo aquando da sua construção, foram detetadas um conjunto de pontos negativos a rever futuramente, relacionados com a segurança, com a gestão e manutenção da infraestrutura e com alguns elementos em falta, sem destacar a forma como a ecopista termina em Santa Comba Dão. -----

--- A marcação de uma divisão central ao longo de toda a extensão da ecopista é obviamente necessária. Adiciona-se a necessidade urgente de concluir a parte final da ecopista em Santa Comba Dão, dando-lhe assim, condições para poder vender turisticamente, como foi aqui bem referenciado, a Ecopista do Dão. -----

--- O último aspeto que foi aqui, em relação à Ecopista, relatado pelo Deputado Joaquim Santos e também vinha fazer essa referência em particular em algumas partes do trajeto, que as coisas não têm corrido assim tão bem. Portanto, este era o primeiro ponto. -----

--- O segundo ponto que deixo para reflexão tem a ver com RUCI Marca Viseu Dão Lafões, os montantes apresentados são elevados para as diferentes componentes do projeto e espero sinceramente que os resultados a alcançar sejam mensuráveis, como bem refere Dr. João Cotta, e que valham a pena. São bastantes recursos para valorizar a marca do nosso território, importa por isso, utilizar bem o dinheiro e potenciar toda a região Viseu Dão Lafões. -----

--- Uma nota em relação a este roteiro, efetivamente está um magnífico trabalho, parabéns à CIM, gostei de ver os nossos territórios aqui bem retratados e estou certo, que irão conseguir também, promover o território na tal estratégia de comunicação que aqui têm bem apresentada, nos territórios vizinhos. Portanto estamos convencidos que normalmente a escolha de pessoal de promoção, também costuma ser bem assertiva e bem cuidada, estamos certos que a coisa vai correr bem. -----

--- Uma nota final acerca da Provere, foi aqui levantada a questão em relação às termas, o território foi contemplado no anterior quadro comunitário com um projeto termal a nível nacional, foi a Provere. -----

--- Houve termas no nosso território que aproveitaram esse potencial e bem, e portanto, tenho algumas dúvidas, de que a nível nacional, haja abertura para repetir uma candidatura, quando tivemos no anterior quadro e muitas termas aproveitaram portanto tenho algumas reservas, como se costuma dizer, quem não aproveitou, aproveitasse porque tiveram recursos disponíveis por isso eu também tenho a mesma preocupação em Tondela, já me manifestei na assembleia



municipal de Tondela, estou muito apreensivo em relação ao futuro das terras porque perdeu-se a oportunidade e, dificilmente vejo, quer a nível nacional, e depois os municípios terão certamente todas as prioridades.

--- Portanto tenho algumas reservas e partilho dessa preocupação porque, ou se aproveitou no seu devido tempo. Houve um Provere, na altura também estive lá com o meu companheiro Paulo, estivemos nesse Provere e portanto, acho que não será muito fácil, esperemos todos que sim que seja possível.

--- Mas às vezes costuma-se dizer e é uma crítica que já fiz ao meu Presidente de Câmara que perdemos uma oportunidade que tivemos recursos financeiros disponíveis, não os aproveitamos, e agora estamos a contar que possamos vir a ter no futuro. Eu tenho as minhas reservas, veremos se tal irá suceder mas era só este acréscimo que gostaria de deixar aqui".

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: "Um breve esclarecimento daquilo que eu sei e obviamente sou capaz e depois também o Senhor Secretário Executivo dará nota mais pormenorizada de alguns números.

--- Obviamente que causa espécie, duas rubricas para estudos, pareceres, consultoria e outros trabalhos especializados, mas temos que perceber estamos num momento, não só de projeção, desde logo a preparar também a nossa estratégia, com equipas especializadas, e isto é um exemplo que estou a dar, também no meu município vejo às vezes as incongruências que existem quando aparecia com trabalhos especializados, era um massacre na assembleia municipal, com quinhentos mil euros, seiscentos mil euros porque as pessoas não percebiam, pensavam que era alguma avença ou trabalhos de assessoria, não.

--- A prestação de serviços, não podendo ser uma empreitada, tem que ser serviços, é logo trabalhos especializados, isto é tudo prestação de serviços praticamente, digamos que a grande justificação está aí.

--- Também para responder aqui ao Joaquim Santos, vou responder em termos de energia, esta Comunidade, neste momento tem dois procedimentos bastante diferentes, o primeiro de fornecimento de energia elétrica, é um concurso público internacional para todos os gastos de energia dos municípios e de outras associações como Bombeiros, IPSS que se quiseram associar a este nosso concurso.

--- Ele está em Relatório Final e obviamente que vamos ganhar escala. Outro, é um projeto de verdadeira eficiência energética que está a ser preparado para ser candidatado ao POVT, até ao dia 5 de dezembro, com três vertentes: redutores de fluxos, iluminação LED e balastros.

--- Isto é, são elegíveis estas três tipologias e agora, cada município, de acordo com o seu diagnóstico, com a sua radiografia, é que fez as escolhas.-----

--- Duas coisas bem distintas, dois procedimentos e agora, com permissão do Senhor Presidente, passava a palavra ao Dr. Nuno que pode nos dar estes esclarecimentos, sendo certo que nos estudos, pareceres e trabalhos especializados, também está vertido nas ações mais relevantes das Grandes Opções de Plano como podem verificar”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Relativamente à questão da Ecopista, aproveitava e respondia aos Senhores Deputados Joaquim Santos e António Dinis.-----

--- Dar nota que relativamente à Ecopista, nós temos duas questões diferentes.-----

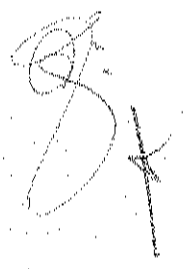
--- Temos a componente de manutenção, conservação e limpeza, que é assegurada pela Comunidade Intermunicipal, na parte que diz respeito à limpeza e manutenção da via. Temos outra questão diferente que é a questão da promoção e da divulgação, que como já expliquei, temos feito na Associação Europeia das Vias Verdes, com a integração de projetos internacionais com muitos bons resultados em termos de escala e de notoriedade e apostando claramente no turismo natureza que está a crescer a dois dígitos.-----

--- Relativamente às questões colocadas, dar aqui uma nota, a questão da escala, nós quando nos associámos, Viseu já tinha a experiência da ecopista, tinha oito quilómetros e depois acrescentamos mais quarenta e dois da empreitada da Ecopista do Dão.-----

--- Quando juntamos este bojo dos cinquenta quilómetros da ecopista, baixou, para metade, o preço por quilómetro. Isto é, se vissemos o que Viseu pagava pelos oito quilómetros, preço por quilómetro, conseguimos reduzir para metade.-----

--- Portanto, relativamente à conservação e limpeza, nós fazemos várias reuniões com a empresa e temos um técnico que vai fazendo alguma fiscalização, imediatamente a seguir a intervenção.-----

--- Temos o cronograma de intervenção, sabemos quando é que é feita a remoção de infestantes, sabemos quando é feita a limpeza dos caixotes de lixo da ecopista, quando é que são cortadas as árvores. Esta informação também é remetida para os municípios de Viseu, Tondela e Santa Comba Dão, para que os técnicos deles possam no espaço canal que lhes pertence, fazer também essa fiscalização e antes do pagamento de cada uma das faturas que nos é remetida, nós pedimos, a cada um dos municípios, para se pronunciarem relativamente ao trabalho da empresa a quem foi adjudicada, em sede de concurso público a limpeza.-----



--- Obviamente tem havido uma coisa diferente e essa questão que o Senhor Deputado Joaquim Santos colocou, até estava a perguntar ao Dr. José Carlos Almeida esta questão da Ponte do Rio Dinha, não tínhamos conhecimento dela, nem a Câmara nem a empresa de limpeza e manutenção nos fizeram chegar qualquer tipo de reclamação ou informação, pois caso esta última nos tivesse informado, por exemplo, já teríamos informado o município respetivo, uma vez que essa intervenção está fora do contrato de conservação e limpeza, sendo do foro do município.

--- Ainda há pouco tempo, por exemplo, apareceu uma notícia no jornal relativamente a um WC, que estava encerrado já há algum tempo, também é do foro do município, apesar de a CIM acompanhar estas situações, sendo as mesmas analisadas em sede da Estrutura de Acompanhamento, que reúne regularmente e que é constituído por um técnico e um vereador de cada um dos municípios, e também, pela Comunidade Intermunicipal.

--- Relativamente às questões que têm a ver com as intempéries, as empresas falam muito de quem tem terrenos ao lado, faz limpeza e depois vem tudo para a ecopista portanto, cada caso é um caso mas relativamente à ponte, nós não sabemos.

--- Relativamente ao piso, isto tem a ver com questões de garantia, portanto a questão do piso, de estar degradado, a questão das barreiras, dos taludes de madeira inclusivamente não é por acaso, e nesta semana foi agendada uma reunião de trabalho neste consórcio que houve entre o município de Viseu, Santa Comba Dão e Tondela para haver uma reunião de trabalho para ver se a empresa faz algumas reparações ou então, são acionadas as garantias.

--- Isto tem a ver com as questões de construção do pavimento, cada caso é um caso. Por exemplo, há algumas zonas onde já não tem pavimento, nem tem a cor mas isso muitas vezes tem a ver com as questões dos atravessamentos.

--- Relativamente à segurança, a nossa ecopista é atravessada por centenas de atravessamentos, o caso pior é no espaço canal na zona de Tondela, é onde tem mais atravessamentos.

--- A CIM tem já apresentado a cada um dos municípios, devidamente customizado e com um projeto de execução de como é que podemos fazer a sinalização de todos esses atravessamentos, já o dissemos aqui, qualquer dia temos um problema sério, houve já uns acidentes nesses atravessamentos e temos um plano de segurança que está a ser aprovado pelos municípios para a CIM posteriormente, lançar um procedimento concursal para fazer essas correções de sinalização de segurança, quer ao longo da ecopista quer também nas estradas municipais que lhe são atravessadas.

--- Dar nota também que neste momento está a ser feito o repêrfilamento de todas as valetas, relativamente à ecopista, começou esta semana pela empresa. São questões umas de garantia e outras não. -----

--- Relativamente a Santa Comba Dão, de facto é uma questão complicada. -----

--- Vou contar aqui uma história, nós quando tivemos cá a Associação Europeia das Vias Verdes, tivemos cá cerca de cem estrangeiros, nós fizemos uma visita técnica à Ecopista e nós andávamos com medo do que iriam ver, nós recebemos o prémio de excelência e de facto, como acaba a ecopista não é a maneira correta. -----

--- Daí que inclusivamente, independentemente das dificuldades que atravessa, e que são públicas, a Câmara de Santa Comba Dão, o próprio Senhor Presidente, já teve uma reunião com o Senhor Presidente da REFER, para tentarem arranjar uma solução exatamente na estação do Vimieiro para que a Ecopista termine de uma forma digna. Portanto essa situação está a ser tratada e caso haja uma oportunidade, a mesma não será desperdiçada. -----

--- Relativamente a questão do Provere, que até foi colocada pelos Senhores Deputados Dinis, e Paulo Almeida. -----

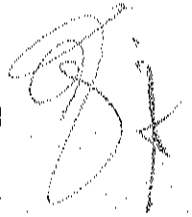
--- Para dar nota que em termos do termalismo o que está previsto em termos de capacitação institucional, leia-se promoção, está previsto a CIM, poder fazer um Provere onde possa fazer exatamente essa estratégia de eficiência coletiva para promoção e divulgação, para cruzar estes recursos. -----

--- Uma coisa muito diferente são os investimentos municipais, que são as infraestruturas dos municípios, isso ainda não é conhecido, não são conhecidos os regulamentos, estamos certos que será possível fazer alguma coisa mas, também digo certamente não vai ser possível fazer, como foi no passado, mas estamos expetantes relativamente aos fundos comunitários. -----

--- No que concerne ao Orçamento, dar nota que na receita "os outros" são receitas FEDER, é tudo que é FEDER dos fundos comunitários, tudo que temos a receber em 2015 de projetos aprovados. -----

--- Tenho aqui os números todos, de cada um dos projetos se o Senhor Deputado Fernando Cruz quiser, posso dar-lhe exatamente isto, desde da administração administrativa, a marca, o empreendedorismo, a assistência técnica portanto, aquele bolo é o somatório de todas as transferências FEDER e das de POPH / ADSE em cima na parte do POPH. -----

--- A rubrica para trabalhos especializados e estudos dar uma nota, portanto aquilo do bolo que ali está é aquilo que vem tudo das Grandes Opções de Plano, que é a conta soma das atividades mais relevantes de cada um dos projetos. -----



--- Nós temos projetos que não temos outra forma de os realizar que não seja através da aquisição de serviços especializados e consultoria, por duas razões principais, uma pelo caráter técnico e pelo *know-how* que exige o trabalho dessa natureza, pois não passa pela cabeça de que a CIM pudesse contratar recursos humanos para fazer determinado tipo de trabalhos, porque não têm o *know-how*, é um cariz muito técnico pois é um trabalho pontual, um trabalho que é meio ano/um ano e precisamos dessas empresas para fazer esses trabalhos especializados e há outra coisa, que em sede de fundos comunitários as despesas com pessoal para fazer este tipo de serviços também não são elegíveis, mesmo contratando as pessoas não conseguiríamos ir buscar os recursos financeiros aos fundos comunitários.

--- Mas mais importante que isso, não conseguimos encontrar essas pessoas. Vou dar um exemplo, o Estudo de Enquadramento Estratégico Viseu Dão Lafões, a estratégia territorial de desenvolvimento é um destes serviços.

--- O projeto Empreendedorismo nas Escolas da empresa que está capacitada e está certificada pelo Ministério da Educação para dar os créditos aos professores, é um caso. A modernização administrativa, a reengenharia e a desmaterialização dos processos e a central de compras é exatamente outro caso desses.

--- O POPH, nós já tivemos cerca de um milhão e meio euros de FSE, nós não somos uma entidade certificada pela DGERT em sede de concurso público, temos que saber onde isso é, e é nua rubrica orçamental 020220 que é a rubrica de trabalhos especializados".

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: " Eu gostaria de ver mais bem explicado, para já, aquela última parte à minha pergunta. Não tinha propriamente a ver com a parte amarela da ecopista, mas com os eventos que se promovem na nossa região e são todos em Viseu.

--- Qual é, para o futuro, o pensamento da Comunidade, atendendo àqueles critérios que eu defendi portanto, atendendo às características de cada região ou de cada concelho?

--- Agora, mediante a resposta que me deu relativamente à saída da ecopista, quero levantar outra questão e é uma questão que já coloquei ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela e quero aqui referir.

--- É assim, cada município paga a sua verba correspondente aos quilómetros que tem, que são por volta de oitenta mil euros, se não estou em erro, mas que está orçamentado, está no orçamento de cada município. Mas não vamos discutir isso, eu quero é saber o seguinte:

--- Essa verba reverte a favor da Comunidade e a Comunidade gere-a, ou essa verba é paga pelos municípios à Comunidade em função dos trabalhos que lá são executados? Não sei se me fiz

entender, porque fiz, ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, a mesma questão, e disse-me ser assim. -----

--- E a propósito da conservação da ecopista, não falando na questão da garantia...mas na questão das valetas que estão a levantar o alcatrão - perguntei-lhe porque é que aquilo está assim, se é a Comunidade que gere a conservação e manutenção da ecopista. Resposta: Nós também só pagamos em função dos trabalhos que fazem! -----

--- Ora bem, ou a verba não chega ou há uma devolução de verbas ao município, mas o importante, no meio disto tudo, é que a manutenção seja feita. Era essa a questão". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: " Se eu percebi bem a questão, os valores não são dessa ordem, são de trinta e sete mil euros mais IVA para os três municípios. -----

--- É assim, vamos primeiro explicar a questão que está no contrato de manutenção da Ecopista do Dão para abril de 2014 a abril de 2015. -----

--- Foram trinta e sete mil euros mais IVA para a conservação e limpeza dos cinquenta quilómetros. -----

--- Como é que é imputada a despesa? -----

--- Só um parêntese, porque a limpeza não chega. Houve um entendimento entre os municípios, tendo em conta a situação do país e também a situação dos municípios, que obviamente se houvesse dinheiro, os caixotes do lixo não eram limpos dia sim, dia não, eram limpos todos os dias. A remoção de infestantes que é feita uma vez por mês, podia ser feita duas vezes por mês, essa questão tem a ver também, com a capacidade financeira dos municípios e com algumas opções que foram feitas relativamente à infraestrutura. -----

--- Como é que é faturado aos municípios? -----

--- Há trabalhos que podem não ser feitos, temos um mapa de trabalhos, temos questões que têm a ver com a limpeza da via, limpeza do pavimento, etc. Os pagamentos podem ser feitos ou não ser feitos e isto está previsto, isso está previsto no Caderno de Encargos, a possibilidade da CIM fazer ou não fazer. -----

--- Em função do Caderno de Encargos, a empresa todos os meses, remete a Comunidade Intermunicipal, uma fatura dos serviços que são feitos. Qual é o procedimento da Comunidade Intermunicipal? -----

--- Sabe que eles foram feitos porque têm esse cronograma, pergunta a cada um dos municípios, quem está responsável por essa fiscalização, se têm alguma coisa a opor àqueles trabalhos, se não foram feitos ou se não foram bem feitos. -----



--- Qual é a fase posterior? Numa destas reuniões da Comissão de Acompanhamento, a CIM apresenta esta fatura aos municípios, os municípios aprovam esta fatura em sede da Comissão de Acompanhamento para posteriormente, a CIM imputa, em função dos quilómetros, porque foi essa a metodologia de imputação que foi definida, fatura a cada um dos municípios esses trabalhos.

--- Relativamente ao Orçamento deste ano de oitenta mil euros. Foi discutido no Plano de Atividades da ecopista que foi aprovada em sede de Comissão de Acompanhamento, que é o que está vertido na GOP da Ecopista do Dão.

--- Foi discutido que relativamente a essas questões da conservação e da limpeza, seria se calhar interessante, a CIM no próximo ano, no concurso público, testar outras variantes que têm a ver com aquilo que hoje está na esfera dos municípios e, que muitas vezes não têm capacidade, ligeireza e celeridade para resolver, que é a questão dos fornecimentos em contínuo, que é a possibilidade de um gradeamento, de um talude de madeira cair e a Comunidade Intermunicipal colocar no Caderno de Encargos quanto é que é o metro quadrado para meter gradeamento e a Comunidade Intermunicipal resolve isso imediatamente.

--- É vandalizado um caixote do lixo, a manutenção, outra questão que nós está a ser colocada e não está na esfera da Comunidade, por exemplo, os circuitos de manutenção que estão ao longo da ecopista, alguns estão a precisar de manutenção.

--- Colocar no Caderno de Encargos, no próximo ano, a questão da manutenção de todos os circuitos de manutenção, por exemplo, de dois em dois meses passar uma empresa e fazer a fiscalização de todos esses trabalhos. Isto é, como o âmbito destes trabalhos da Ecopista do Dão pode ser alargada em função de uma concordância dos municípios, nós tivermos uma segurança e colocarmos uma fasquia mais alta para o concurso que podemos vir a lançar em abril de 2015 para a Ecopista do Dão.

--- Alargar, o âmbito de intervenção da Ecopista do Dão e alargar o âmbito dos trabalhos que possam a vir a ser feitos por esta empresa porque hoje estão um conjunto de trabalhos fora deste procedimento, como quando um caixote do lixo é vandalizado e, é a Câmara que tem que repor.

--- Uma árvore cai na ecopista e é o município que tem que criar as condições para lá ir retirá-la. Os circuitos de manutenção não funcionam, é a Câmara que tem que lá ir e nós achamos que é muito melhor para a gestão da infraestrutura, haver um fornecimento em contínuo e ficar na esfera da Comunidade. Mas para isso, tem que se pagar mais.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: " Para terminar, o problema dos eventos, o Senhor Deputado Joaquim Santos, questiona e muito bem, porque é que praticamente todos os eventos são em Viseu. -----

--- Obviamente que isto também é questionado no Conselho, temos uma regra neste momento, de alguma rotatividade para abrangermos todo o território mas não foi possível em virtude de questões logísticas, durante este ano". -----

--- Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- No tocante ao oitavo ponto da ordem de trabalhos – Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais de acordo com a Informação de Serviço nº 323/2014, de 12 de novembro, nos termos do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12º do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho -

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: " Isto é uma proposta que faz o Conselho e o Secretariado por causa de uma questão de logística, nós juntamo-nos duas vezes por ano, de acordo com a lei, duas reuniões ordinárias e o que está aqui a pedir é quando os encargos não excedam os ditos, noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros, que haja aqui uma parecer favorável, a exemplo do ano anterior, tal como já tem acontecido nas nossas assembleias municipais, são questões difíceis de gerir quando estamos dependentes de reprogramações financeiras, de muitos projetos que são substanciais de fundos comunitários". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Vítor Fernandes, cuja intervenção se transcreve: " Só venho aqui por uma simples razão; eu percebo o que se diz quanto à legislação e à necessidade deste procedimento para agilizar certas situações. Todavia coloco algumas reservas sobre a legalidade deste mesmo ato que aqui trazemos e como tal, portanto, aqui manifesto que me absterei por essas mesmas reservas. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "Só queria, como é natural e se compreende que, a Comunidade Intermunicipal não traria uma questão destas, ao Conselho Intermunicipal e à Assembleia Intermunicipal, se não

fosse legal. Portanto é perfeitamente legal, isto que o Conselho Intermunicipal está a solicitar à Assembleia.

--- Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção.

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.

--- Relativamente ao nono ponto da ordem de trabalhos – Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 1 de abril e 31 de outubro de 2014, ao abrigo autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal na sua sessão de 16 de dezembro de 2013 nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro. - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: "Pretende-se dar conhecimento, na execução da autorização prévia genérica favorável que os Senhores Deputados nos concederam no ano passado, de uma listagem de compromissos plurianuais, sendo que uns não se conseguiram executar no próprio ano económico e outros que fruto de terem sido reprogramados executam-se em mais do que um ano económico, estando devidamente identificados.

--- A Assembleia toma conhecimento dos referidos compromissos plurianuais, não tendo a mesma merecido qualquer tipo de reparo.

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma.

